

EDITORIAL

A fundação de "A Defesa Nacional", a 10 de Outubro de 1913, levada a efeito por um pequeno grupo de jóvens oficiais, paladinos de uma cruzada de renascimento profissional, foi a cravação da estaca "zero" de uma senda rectilínea que, por montes e vales, havia de conduzir o Exército rumo ao progresso orgânico e cultural através de todos os obstáculos criados pela rotina, pela inércia e por incompreensões de tóda a natureza, que lhe entravavam a marcha.

Erigiram, seus fundadores, como lema e arma de combate, a crítica construtiva imparcial e impessoal dos factos e das acções, porque entendiam, e mui acertadamente, que da análise judiciosa e franca dos êrros cometidos resultam sempre ensinamentos fecundos que servem, pelo menos, de advertência para o futuro, ao passo que, silenciar em nome de um falso pudor ou de criminosa vaidade, equivale a acoroçoar e perpetuar os êrros.

Mais do que um êrro, êsse silêncio será um crime, porque si os êrros se podem evitar mediante o trabalho honesto e proficuo durante o tempo de paz, pagam-se, na guerra, com o sangue do soldado que avança para a morte inutil e inglória, obediente às ordens irretorquíveis dos seus chefes.

Não iremos ao exagêro de afirmar que o aparecimento de "A Defesa Nacional" constituiu, por si

só, factor bastante do ressurgimento do Exército, problema por de mais amplo e complexo para admitir solução tão simplista, mas não resta dúvida de que foi o primeiro passo no caminho que se fazia mister percorrer corajosa e desassombadamente.

Por outro lado, os termos e as características dos problemas humanos são constantemente variáveis, modificam-se com o tempo e as novas circunstâncias do meio, e de tal maneira que, algumas soluções parciais hoje admitidas como satisfatórias, têm muitas vezes que ser reajustadas mais tarde; tais problemas podem ser contínuos, nunca, porém, estáticos.

Por isso mesmo, a acção de "A Defesa Nacional" tinha que ser, a princípio, essencialmente combativa, não trepidando em ir até ao escândalo quando a crôsta da rotina e da inércia se apresentava de tal maneira espessa e empedernida, que só a violência seria capaz de abrir-lhe as brechas por onde se infiltrassem os princípios saltares e renovadores. E então, a par dos golpes que deviam destruir tudo quanto anquilosava o organismo do Exército, vinha a acção construtiva, educadora e instrutiva, que se tornou, por fim, o "leit motiv" de toda a sua atuação.

Hoje graças a inegáveis progressos realizados, embora nem sempre tão gerais e completos como seria de desejar, a preponderância dos termos do problema, sem alienação de direito de crítica honesta, deslocou-se para o terreno da cultura profissional militar, com incursões pelos domínios da cultura geral indispensável ao oficial moderno que, si confinar suas actividades intellectuais apenas na leitura de regulamentos tácticos elementares, acabará por ficar muito aquém do preparo que dêle exige a magnitude de suas responsabilidades funcionais.

O dever de cuidar da cultura própria é de tal maneira óbvio e imperativo, que o nosso regulamento disciplinar capitula como transgressão a inobservância desse dever.

Ora, "A Defesa Nacional" é, certamente, um meio excelente posto à disposição de todos quantos possam fazer prova do grau de sua cultura profissional e, ao mesmo tempo, de cooperar, pela divulgação de seus trabalhos, na obra de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos úteis para a colectividade militar.

E' por essa razão que não nos cansamos de repetir que "A Defesa Nacional" não é propriedade de um grupo de oficiais, nem pode ser obra de meia-dúzia de redatores: — é do Exército, vive do Exército e para o Exército. Isto significa que, substancial ou não, seu conteúdo reflete a mentalidade reinante na classe, e que desta depende não somente sua vida intelectual, mantida pela boa colaboração, como sua vida material, garantida pela contribuição dos seus assinantes.

Pois bem. Paradoxalmente, numa época em que se revela no mundo inteiro uma ânsia generalizada de investigar, de conhecer, de saber enfim, nossa única revista essencialmente votada ao estudo e à solução de nossos problemas militares, resente-se do retraimento manifestado por enorme maioria do corpo de oficiais do Exército. Essa indiferença, que há muito se vem revelando, atingiu tal ponto, em fins do ano transacto, que nossa revista esteve ameaçada de suspender sua publicação, apesar das acrobacias administrativas e dos esforços levados até ao sacrificio, realizados por seus Diretores, para prolongar a existência desse verdadeiro patrimônio intelectual do Exército.

O facto de milhares de exemplares de livros editados pela nossa Cooperativa jazarem empilhados

em nossos depósitos, falhando dessa maneira à sua destinação, imobilizando e tornando improdutivo o limitado capital de que ela dispõe, contribuem também, e poderosamente, para a crise verificada. Entretanto, todos sabem que a preguiça intelectual, que conduz à fossilização dos espíritos, é um mal tão nocivo para a eficiência dos quadros, quanto a inércia profissional o é para a eficiência da tropa. Por isso, onde quer que seus sintomas se manifestem, faz-se mister combatê-lo imediatamente e sem desfalecimentos; para tanto, os responsáveis pela conservação e aprimoramento da cultura profissional de seus comandados, dispõem de, pelo menos, dois meios eficazes ao seu alcance: o exemplo pessoal de amor ao estudo, e a observância dêsse preceito regulamentar, às vezes tão esquecido, que é a realização de conferências que versem assuntos de interesse cultural militar ou geral, feitas por todos os oficiais de cada corporação para ilustração própria e de seus camaradas.

Estamos remetendo cartas nominalmente endereçadas a todos os Chefes que exercem funções de comando ou de administração no Exército, bem como aos camaradas de boa vontade que exercem as de representantes da revista, solicitando-lhes, encarecidamente, que se interessem pela sorte de "A Defesa Nacional"; mas, como não é possível proceder de igual maneira com todos os oficiais, aqui estampamos, mais uma vez, o nosso apêlo geral: **COOPERAÇÃO! COOPERAÇÃO INTELECTUAL** remetendo-nos boa colaboração; **COOPERAÇÃO MATERIAL**, fazendo-se assinantes pontuais da revista.

Foi, sem dúvida, por entender que a causa de "A Defesa Nacional" é justa e boa, que sua acção continua e pertinaz em prol da cultura profissional e geral dos oficiais das classes armadas durante 33 anos, merece amparo, que o Exm^o. Sr. Gene-

ral de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra, secundado por seus dignos colegas, Exmos. Snr. General de Exército Newton de Andrade Cavalcante, General de Divisão Alvaro Fiuza de Castro e General Intendente José Scarcela Portela convieram em socorrer "A Defesa Nacional", propiciando-lhe uma operação de crédito com a Caixa Geral de Economias da Guerra.

Maior do que o valor material dêsse auxílio, é sem dúvida, a significação moral dessa decisão de nossos eminentes Chefes, que vem aumentar notavelmente o prestígio de "A Defesa Nacional".

São, por ambas as razões, os mais cordiais e sinceros, os agradecimentos que a Diretoria da revista aqui deixa consignados àqueles ilustres Chefes, a cujo salutar espírito de cooperação deve "A Defesa Nacional" a possibilidade de continuar pugnando pelo aprimoramento intelectual e profissional dos quadros do Exército.

Entretanto, cumpre frizar, se os agradecimentos, de algum modo, podem saldar a dívida de gratidão, há outra espécie de dívida que permanece em aberto: o compromisso financeiro que a Direcção da revista assumiu em proveito da colectividade, e nela confiante, a qual só poderá ser saldada mediante a cooperação de todos quantos consideram como um dever iniludível zelar pela própria instrução. Sacámos, portanto, a descoberto, mas havemos de corresponder, todos, à confiança de nossos Chefes.

Já se achavam compostas estas linhas quando o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra houve por bem publicar o Aviso de 21 do corrente que tanto prestigia e desvanece "A Defesa Nacional". Esse honroso documento vai estampado na página seguinte.